#55 SÉRIE II NOVEMBRO 2022

# anti—capitalista

# Do [redacted] momento ao [redacted] movimento

As lições de Berlim P 3

Eleições no Brasil P 4

# *Botas cardadas ou pezinhos de lã*

Na última edição da Anticapitalista publicámos um dossier, em que textos de reflexão e de inquietude se coligiam sob a máxima "Novas direitas, velhos costumes". Há menos de um mês, esta Redação mobilizou reflexão que este curto período de tempo agudizou em urgência, quando a ilusão que dava a democracia por garantida parece caminhar pelo mundo sobre gelo fino.

Quando esta edição chegar às mãos de quem lê já saberemos se o Brasil conseguiu levar a bom porto a eleição de Lula da Silva ou se, ao contrário, um país de dimensão continental vai continuar entregue aos caprichos do ódio e da indigência. Sabemos já, por outro lado, que o novo ímpeto da direita autoritária ganha terreno na Europa, numa conjugação de circunstâncias políticas de enorme instabilidade. Estes fatores pesaram na decisão de dar seguimento, neste número, ao horizonte temático do último dossier, na tentativa de aprofundar um debate a que não poderemos fugir – um dos debates politicamente mais definidores do tempo que atravessamos.

Já no plano nacional, avolumam-se os desafios e exigências militantes de uma esquerda transformadora quando, confrontados e confrontadas que estamos com a intransigência do poder, vemos as pautas da política dominante como confirmações da assimetria entre trabalho e capital como padrão da resposta à crise. Prestações bancárias, rendas de habitação e contas de supermercado são evidências sombrias de um momento em que, uma vez mais, são multiplicados os alibis que poupam grandes grupos económicos, multinacionais e instituições bancárias de prestar contas, impedindo o aligeirar de sacrifícios a trabalhadoras/es e pensionistas. O outono de quem trabalha é estreito e rigoroso ao mesmo tempo que os lucros escalam para níveis recorde, deixando antever etapas de luta e de mobilização para quem quer que se comprometa com uma justiça social efetiva. O governo do Partido Socialista faz orelhas moucas às pretensões da esquerda, recusando qualquer solução que não passe pela penalização do trabalho e pela prioridade dada à acumulação de uma escassa minoria.

Há décadas atrás, Sérgio Godinho cantava, avisadamente, que os regimes autoritários procedem por infiltração, "como bicho na maçã", agindo seja por dócil assimilação, seja por agressiva imposição: "O fascismo é uma minhoca/ que se infiltra na maçã/ ou vem com botas cardadas/ ou com pezinhos de lã". É truculenta a realidade militarizada da "ordem mundial" e é esmagador o peso da "bota cardada" do governo de Bolsonaro, de Orban ou de Putin. Mas não é menos perigoso o canto de sereia com que uma nova extrema-direita, adoçando e camuflando a violência da sua mensagem, se instala, de modo oportunista, na revolta desesperada dos espoliados e das espoliadas da crise. Os pezinhos de lã surgem com o mesmo potencial de ameaça da tradicional e histórica bota cardada sobre a dignidade e a democracia.

Repetida, a lição da história recente inquieta-nos cada vez mais.

**Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.**


**2 Editorial**
Botas cardadas ou pezinhos de lã

**3 Lutas**
As Lições de Berlim: O Referendo Local como Arma na Cidade Neoliberal

**4 Internacional**
Uma semana antes da eleição

**6 Debates**
Notas à margem de um encontro sobre "Cuidados"

**7 Internacional**
O regime islâmico abalado por uma revolta sem precedentes

**8 Leituras**
As Malditas, de Camila Sosa Villada

**Dossiê | Escalada Autoritária Global**

***Cecília Honório***
***Ugo Palheta***
***Stéfanie Preciozo***



**Conselho editorial**
Alda Sousa
Ana Bárbara Pedrosa
Ana Pardal
Andrea Peniche
Constança Portela
Hugo Monteiro
Inês Sena
José Miguel Ricardo
Leonor Figueiredo
Luís Leiria
Mafalda Escada
Patrícia Felício
Rodrigo Sousa
Sofia Lopes
Tatiana Moutinho

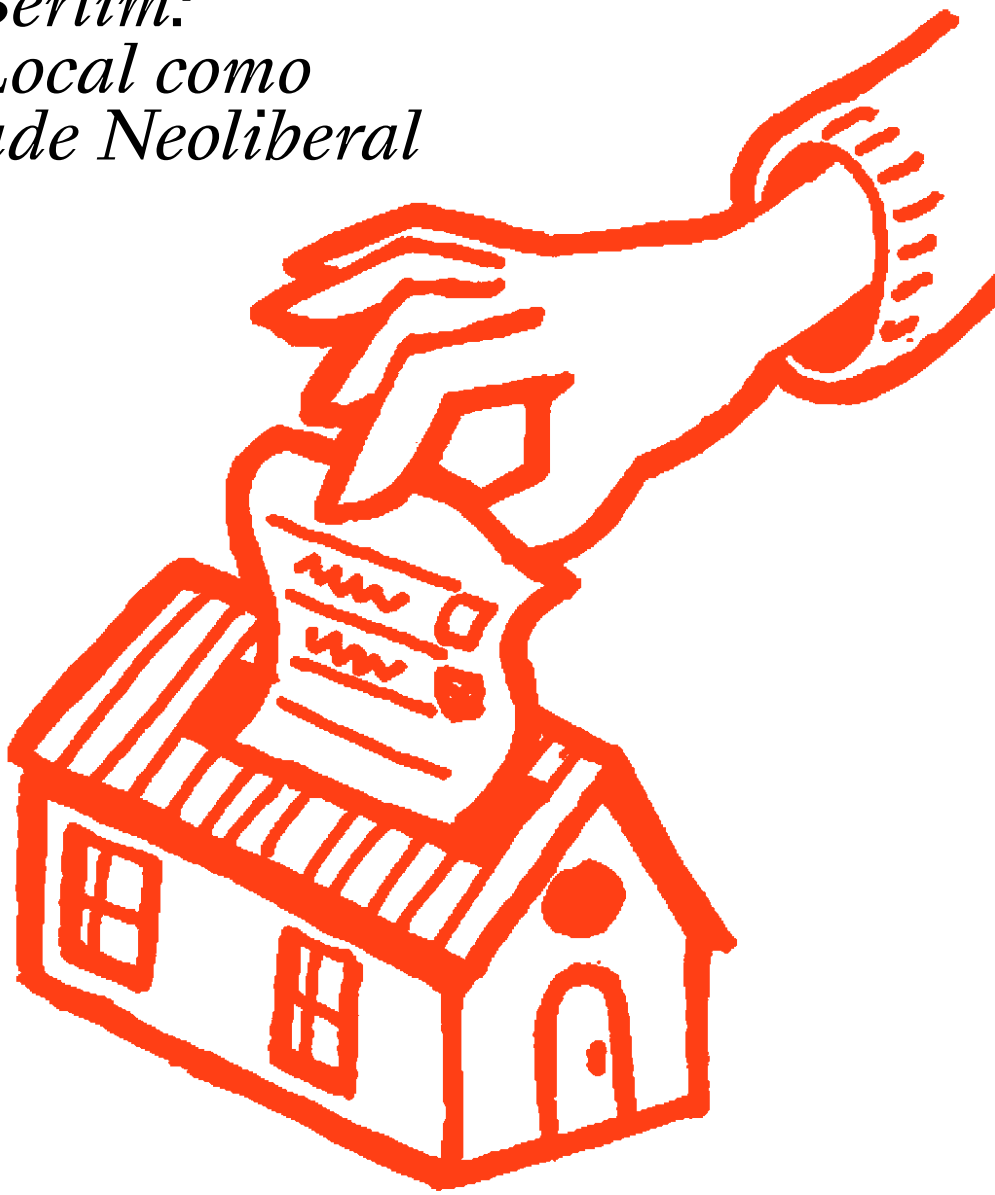
**Design gráfico e paginação**
José Torres

**Participaram nesta edição**
Adriano Campos
Alda Sousa
Andrea Peniche
Bahman Ajang
Cecília Honório
Francisca Bartilotti
Hugo Monteiro
João Alves
José Miguel Ricardo
José Torres
Leonor Figueiredo
Miguel Heleno
Patrícia Felício
Raquel Lindner
Stéfanie Preciozo
Tatiana Moutinho
Ugo Palheta
Valério Arcary

**Depósito Legal**
441931/18

# *As Lições de Berlim: O Referendo Local como Arma na Cidade Neoliberal*

texto de Raquel Lindner
ilustração de João Alves



"Concorda com este projeto de decisão?". A 26 de setembro de 2021, mais de um milhão de Berlinenses responderam "Ja" – "Sim", em alemão – à pergunta disposta pela iniciativa cidadã Deutsche Wohnen & Co. Enteignen a referendo local. No boletim de voto, exigia-se ao Senado de Berlim medidas para a expropriação e, consecutiva, socialização, do parque habitacional de imprensas privadas titulares de 3.000, ou mais, apartamentos na cidade - o equivalente, à época, a 240.000 casas, 11% dos apartamentos disponíveis. Já em 2014, uma iniciativa cidadã semelhante, nomeada 100% Tempelhofer Feld, impedira a partir de recurso ao referendo local a construção de um novo lote de apartamentos no espaço do antigo aeroporto de Tempelhof, no Sul de Berlim, hoje, transformado num parque popular.

A organização cidadã pelo direito à cidade não é, porém, novidade em Berlim. Há vários anos que vizinhos e inquilinos organizam-se em coletivos pela defesa do espaço dos seus bairros e contra os abusos dos grandes fundos e grupos imobiliários – como a Akelius ou a Deutsche Wohnen – que especulam e controlam milhares de apartamentos na cidade. Iniciativas cidadãs como a DW & Co. Enteignen ou a 100% Tempelhofer Feld adquirem um particular potencial transformador no contexto da luta urbana coletiva pela novidade e consequência do tipo de instrumento político que mobilizam na sua ação – o referendo local.

Na cidade global, forjada pelas dinâmicas neoliberais e governada pelas pulsões especulativas do mercado, o referendo local constitui um mecanismo único de ação pela possibilidade de participação direta, não mediada, na política da cidade. Quer a iniciativa DW & Co. Enteignen, quer a 100% Tempelhofer Feld, recordam o potencial da ação coletiva de habitantes e vizinhos no fazer cidade e no promover de políticas, de facto, anticapitalistas que colocam quem habita no centro da intenção política. Num cenário em que o futuro das nossas cidades nos parece escapar entre os dedos das mãos, o referendo local recorta horizontes e institui plataformas possíveis de organização. É, por esse motivo, que há um ano recebemos com tanto entusiasmo e espanto o resultado da iniciativa DW & Co. Enteignen - os berlinenses tinham feito cidade. Façamos, então, nós também.

# *Uma semana antes da eleição*

**Tudo alcança quem não espera sentado**

*Sabedoria popular portuguesa*

texto de Valério Arcary
ilustração de João Alves

## 1

A honestidade é o cimento da confiança política. Ser de esquerda é abraçar uma esperança apaixonada de que é possível mudar o mundo, mas o otimismo não deve nos cegar. O realismo é condição da lucidez revolucionária. Chegou a hora do alerta vermelho. As últimas pesquisam indicam que Lula está na liderança com 49% contra 45%, mas, também, uma oscilação positiva de Bolsonaro. No limite da margem de erro, há um empate técnico. Ou seja, a imprevisibilidade reina. Os votos em disputa são uma minoria ínfima. Cálculos de probabilidade feitos a partir de avaliação estatística confirmam um favoritismo ligeiro de Lula. Mas oito dias são uma eternidade na luta política. O que as pesquisas sugerem é que a disputa ainda está em aberto. Lula venceu o primeiro turno com 57 milhões de votos, é certo. Uma virada, embora improvável, não é impossível. Duas rejeições se chocam, e a de Bolsonaro - 51% a 46% - ainda é maior. Mas são 38% que aprovam o governo e somente 39% que o rejeitam. Seis terrenos de luta estão à nossa frente. Os seis dependem do comando da campanha e do próprio Lula: (a) tática política na sintonia fina; (b) ampliação de declaração de apoios; (c) caminhadas com Lula nas ruas com mobilização de massas; (d) intensidade de publicações nas redes sociais; (e) programas de impacto nas rádios e televisão; (f) desempenho de Lula no debate final. Tudo conta e muito. Mas o papel da militância é a variável que pode fazer a diferença. Militância consciente não precisa de excessos de ufanismo. A vitória de Lula não está garantida. É possível vencer, mas vai ser preciso lutar muito. Lutar contra o medo, com sanha, com ira, com fúria.

## 2

É preciso aprender com os erros. Se há uma lição estratégica que a experiência dos últimos dois anos nos deixou é que era melhor ter apostado na derrubada de Bolsonaro no ano passado. Em 2021, quando o choque da segunda onda da pandemia nos atingiu de forma catastrófica, com muitas semanas de milhares de mortes diárias, foi construída uma frente única de esquerda pela campanha Fora Bolsonaro. Lula não se engajou. Não participou de sequer um dos Atos. Ninguém pode afirmar que o destino da campanha teria sido outro se o tivesse feito, evidentemente. Contrafactuais são exercícios interessantes e inconclusivos. Mas é razoável afirmar que a ausência de Lula diminuiu a potência da campanha pelo impeachment de Bolsonaro. Essa decisão não esconde a aposta de medir forças no terreno eleitoral deste ano confiando no desgaste do governo depois da suspensão do auxílio emergencial. Foi uma decisão, dramaticamente, errada, porque subestimou a força do bolsonarismo. Faltou à direção do PT a coragem política de ser um instrumento de mobilização de massas disposto a tentar, seriamente, derrubar o governo. Acreditou que estas eleições seriam “normais”.

3

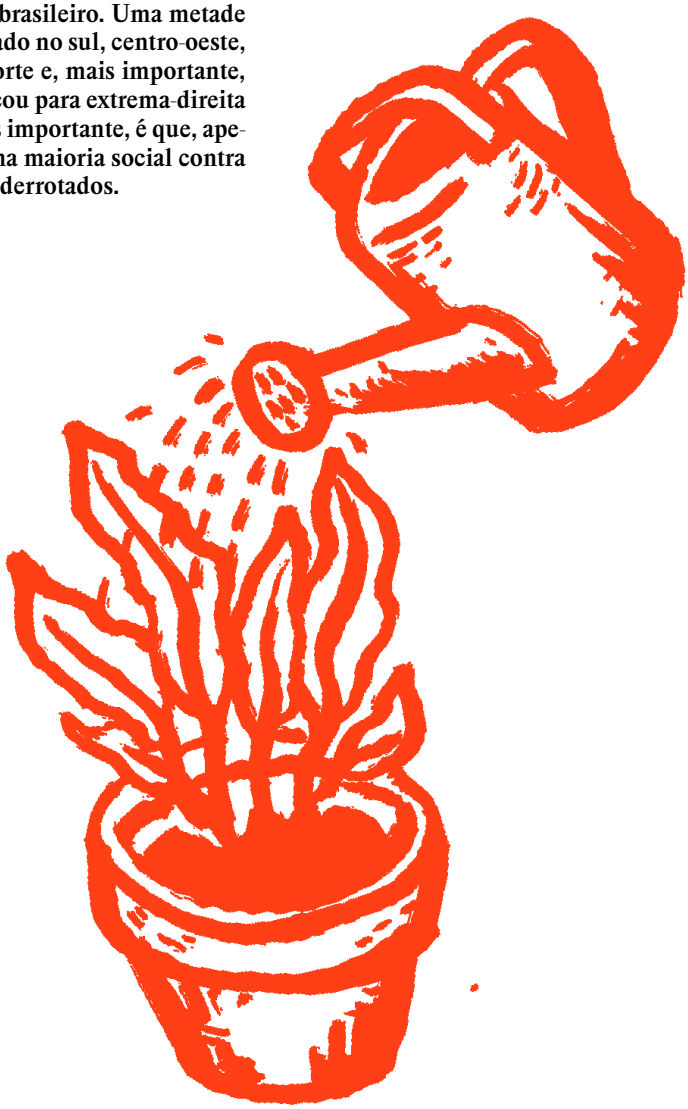
Eleições contra um fascista não seriam nunca "normais". Os fascistas não respeitam nada. As três decisões do TSE foram, portanto, importantes vitórias democráticas: (a) a autorização de gratuidade de transporte público no dia das eleições, infelizmente, sem obrigatoriedade; (b) a decisão de garantir direito de resposta à campanha de Lula na propaganda eleitoral gratuita; (c) a ampliação do poder de polícia contra fakenews nas redes sociais. O bolsonarismo consolidou uma corrente político-ideológica de extrema-direita. A pesquisa do DataFolha identifica que 28% dos eleitores estão entrincheirados com os neofascistas. Eles agrupam a "massa" da burguesia, a pequena-burguesia proprietária, uma maioria da classe média em funções de gestão no setor privado e público, incidem em franjas da classe trabalhadora de renda média, além de setores populares organizados pelas igrejas neopentecostais. São eles que arrastam setores de massas "antipetistas" pela lavagem cerebral da LavaJato, e não o contrário. Não hesitaram em abrir as torneiras do governo federal que liberou o aumento de R$ 21 bilhões em repasses de dinheiro para eleitores que são beneficiários de programas sociais. Uma tentativa de manipulação pela "compra de votos". Mas seu projeto é uma regressão dos direito sociais. Já foi sinalizado o congelamento do salário-mínimo e das aposentadorias do setor privado por tempo indefinido. Mas pretende atingir, sobretudo, os aposentados do setor público. Não têm qualquer pudor em alimentar, descaradamente, um assédio patronal criminoso contra os trabalhadores, abusando do poder econômico. Fomentam campanhas diárias de fakenews de milícias digitais nas redes, exatamente, como em 2018: fechamento de igrejas, comunismo, banheiros unisex, drogas, aborto, Venezuela e Nicaragua, tudo que possa provocar um escândalo e instalar o terror Não fosse o bastante, se vitimizam diante da tentativa tardia do TSE de estabelecer limites, como arautos da "liberdade de expressão". Nos últimos dias é impensável o que farão. Veremos o horror.

4

O bolsonarismo conquistou capilaridade social e nacional. Representa os ricos e acomodados. Os limites da campanha negativa de desmoralização da imagem pessoal de Bolsonaro já se revelaram. Não tem mágica, bruxedo, mandinga. Foi tentado um pouco de tudo. Maçonaria, satanismo, canibalismo e pedofilia. É verdade que foram usadas, essencialmente, declarações de Bolsonaro contra ele mesmo. Nada foi inventado, porque se trata de uma monstruosidade. Mas o desempenho nas pesquisas, mesmo depois do incrível "pintou um clima", não diminuiu. O decisivo será a tática política, não a "lacração". O que confirma que há uma consolidação de apoio programático reacionário à extrema-direita. Não estamos mais em 2018. Dezenas de milhões pensam com a cabeça envenenada pelos fascistas. Infelizmente, o país está fraturado, social e regionalmente. Não se trata de um fenômeno brasileiro. Uma metade do país, concentrado no sul, centro-oeste, em parcelas do norte e, mais importante, do sudeste, deslocou para extrema-direita com força. O mais importante, é que, apesar de tudo, há uma maioria social contra eles, e podem ser derrotados.

5

A gigantesca força de Lula repousa na identidade de classe. Uma maioria popular se emociona porque confia em Lula. Há uma história de quarenta anos que atravessa duas gerações. Sem Lula, a esquerda brasileira não teria como disputar esta eleição em condições de vitória. As mobilizações do segundo turno são maiores que antes do primeiro. Nossa fraqueza se expressa na incontornável dificuldade de mobilização na ausência de Lula. Mas a vitória depende, também, do programa. Será necessário denunciar a ameaça fascista pelo que ela é: a vida de uma geração está ameaçada. Será necessário combater o perigo de aumento na taxa de abstenção garantindo transporte público gratuito. Mas, acima de tudo, é necessário incendiar uma vontade imbatível de vencer. Última semana é a hora de ofensiva total.



# *Notas à margem de um encontro sobre "Cuidados"*

texto de Francisca Bartilotti

O que é o cuidado? Alguém me sussurrava, durante a conferência sobre Filosofia e Cuidados a que assisti em Coimbra, que tudo do que se falava ficava um pouco abstrato, se ainda não se havia chegado, ou sequer pensado, numa definição comum do termo central que se discutia.

Pensava que a definição de cuidado talvez estivesse na própria palavra cuidado: não no sentido, ou não apenas no sentido, de cautela (que também existe no espaço de cuidado que se tenta descrever), mas no sentido de atenção, de conserto e de recobro. Um "tomar conta" sem a função de uma porteira que cumpre ordens e impede as meninas de sair das portas da escola - um "tomar conta" não limitativo, não invasivo, um mind inglês bem traduzido, um misto de "querer saber" e de "cuidar por/cuidar a/ cuidar com".

Alguém disse que cuidar respondia a uma necessidade. Mas eu não penso que tenha de existir necessidade concreta no reconhecimento da nossa interdependência, e não sei sequer se tem de haver dependência para que exista atenção (mais do que um mero reparar, mas atenção no sentido de atentar e de agir sobre esse atentar) a quem nos rodeia: não penso que a definição de cuidado dependa de alguma falta a priori. O cuidado é necessidade em si, pelo ato em si.

Exemplos de cuidado. Nas horas que antecederam a conferência, eu tinha já cuidado e sido cuidada de formas que não respondiam a necessidades óbvias. E nem falo da comida que tinha chegado à mesa do meu pequeno-almoço, nem das pessoas que conduziram todos os transportes que me levaram até Coimbra. Falo de relações de vizinhança entre não vizinhes. Quando me sentei à espera da camioneta, por exemplo, o rapaz que estava sentado ao meu lado reparou, com um sorriso, que líamos exatamente o mesmo livro e aí concluímos que adorávamos a mesma autora. Este foi um ato terno e que criou afinidade entre duas pessoas que nunca se tinham visto antes - cuidado. Ao chegar a Coimbra, foi a minha vez de cuidar (ia escrever retribuir, mas não se trata de retribuição, porque esta não existe no cuidado: atos de cuidado nascem espontâneos e não como resposta a, embora possam ser impulsionados, e o sejam muitas vezes, por atos de cuidado precedentes). Chovia muito e eu lembrei-me de convidar o mesmo rapaz e outra rapariga que também me parecia perdida, para partilhar o táxi até à Universidade. Ao chegar à Universidade, quando me apercebi de que tinha deixado o telefone dentro do táxi, o porteiro telefonou-lhe e a taxista voltou atrás e veio trazer-mo. Pelo caminho, ainda tive a oportunidade de escorregar no pavimento molhado e de cair de rabo no chão, antes de entrar atrasada e desgrenhada a uma conversa sobre Levinas, em que se contava a disponibilidade no centro da responsabilidade ética: cuidado. "Não se preocupe, consigo ouvi-lo enquanto escuto." diria o médico que cuida enquanto apoia o estetoscópio no peito do doente e não "Não fale agora, que procuro escutar".

À tarde, uma das definições que se deu de cuidados foram os esforços que se fazem para que a vida continue. A minha amiga Sofia, que não via há vários anos, levou-me a jantar e deu-me a sua cama para dormir, enquanto ela dormiria no sofá, para não me acordar na manhã seguinte: cuidado.

Caminhei com o T. que cuida todos os dias, com a companheira, do filho, que também é cuidado por todes es trabalhadores da maternidade, já que nasceu prematuro. Ele contava-me que passava horas só a olhar para o filho, que testemunhavam cada grama ganha como uma vitória desse coletivo de gente, que todes torciam pelo seu filho e ansiavam pela sua alta. Abraçámo-nos e eu regressei ao Porto: cuidado. Se estes não fossem já motivos suficientes para escrever este texto, quando me tinha sentado para o escrever, a campainha da porta tocou. O Jorge, o meu vizinho da frente, vinha apresentar-se: "Queria fazer como nos filmes americanos, mas isto foi inesperado e eu não tinha nenhuma tarte de maçã próxima. Descobri com o bater da porta que tenho uma vizinha da frente, e quis dizer olá." Dissemos olá um ao outro, oferecemo-nos açúcar e ovos em caso de necessidade e fechámos as portas. Terminaram assim, com a única relação literal de vizinhança das últimas 48 horas, dois dias de cuidados. E estes foram apenas os cuidados visíveis e que o meu cérebro considerou memoráveis: imaginem os outros todos, os demasiado quotidianos para que se repare, os que são feitos pela calada, os que estão implícitos no decorrer do dia. São estes atos que se tentam destruir com a atomização da nossa existência. Os que querem que acreditemos poder prescindir por sermos seres autossuficientes.

E ainda que deles pudéssemos prescindir, ainda que nos achássemos todo-poderoses e nada vulneráveis, (não falo sequer da eventualidade de um azar nos relegar para a dependência mais acentuada), porque quereríamos que eles não acontecessem? Porque não os quereríamos regar? Não são eles que dão sentido, se não à vida, pelo menos à convivência e à partilha de tempo e espaço com outras pessoas?

Agora imaginemos que existiam estruturas, espaços, apoios, para que estes cuidados fossem mais que acasos, coincidências, sortes. Se es vizinhes se transformassem em todas as pessoas. Se na forma como a vida social está organizada nos encontrássemos, se a jardinagem fosse em jardins públicos e se nesses jardins houvesse couves e gatos. Se pudéssemos acolher as vulnerabilidades maiores e dar-lhes degraus sem que nos tivéssemos de abaixar. Se tivéssemos a possibilidade de um trabalho, uma casa, um país em que cuidar dos outros pudesse ser cuidar de nós e não um fardo, se este cuidado fosse tomado pelos estados como parte integrante do seu funcionamento, enfim, mesmo, do que faz a vida continuar?

Se isto parece utópico, é porque nos condicionaram a não ver. Multiplicar os atos do quotidiano e enchê-los de luz: talvez seja esse o próximo passo.

# *O regime islâmico abalado por uma revolta sem precedentes*

texto de Bahman Ajang

Os protestos no Irão começaram na sexta-feira, 16 de setembro, após a morte sob custódia policial de Mahsa-Jina Amini, uma mulher curda de 22 anos de idade. Foi presa terça-feira, 13 de setembro, pela polícia da moralidade porque tinha alguns fios de cabelo, supostamente "indecentes", visíveis e fora do seu vestido, de acordo com o Artigo 638.º do Código Penal da República Islâmica.

As mulheres estiveram na linha da frente dos primeiros protestos, cortaram o cabelo e queimaram os seus lenços em público, contrariando a Lei do Hijab. Ao contrário das iniciativas individuais de 2017-2018, desta vez tirar o lenço é feito de forma coletiva, que conduz a um confronto direto com as autoridades.

## Uma revolta das mulheres que vem de longe

A obrigação de usar o hijab é de facto um dos fundamentos ideológicos deste regime patriarcal e teocrático. Apesar das suas mobilizações, para demonstrar a sua oposição, em 1979, o uso do hijab foi imposto à força às mulheres. Após 43 anos de protestos, as reivindicações feministas estão agora a chegar à linha da frente das reivindicações políticas e sociais apresentadas nas manifestações.

A profunda rejeição atual das mulheres baseia-se em parte pelo facto de elas estarem presentes em todas as esferas da vida social, política e económica. Quase todas são alfabetizadas, e o seu nível de educação é no mínimo igual ao dos homens. No entanto, têm grande dificuldade em encontrar um emprego e estão, portanto, confinadas ao lar.

O número médio de filhos por mulher é de 1,6. Como resposta, a lei de 15 de novembro de 2021 criminaliza o aborto e restringe consideravelmente o acesso à contraceção e à vasectomia. Simultaneamente, o regime encoraja o casamento precoce antes dos 15 anos de idade.

Ao longo dos últimos dez anos, as mulheres apostaram nos meios de comunicação via Internet, multiplicaram-se blogues e vídeos. Nos meses que antecederam a morte de Masha Amini, as mulheres converteram-se em hashtags de protesto contra o hijab, ao publicarem vídeos de si próprias a passear de cabeça descoberta ou a serem assediadas na rua.

## A força da resistência curda face à opressão

Logo no dia 18 de setembro, começaram as manifestações no Curdistão iraniano, onde nasceu Mahsa-Jina Amini. Foram organizadas greves gerais a partir do dia 19, segunda-feira. A hostilidade para com o regime é particularmente forte nesta zona do país, onde a população é bastante oprimida. Ambicionando a autonomia e a democracia, foi uma das primeiras forças de oposição ao regime islâmico. A repressão é particularmente violenta: uma boa parte dos prisioneiros políticos no Irão são desta região.

## A extensão social e geográfica das mobilizações

Começando pelas mulheres, o movimento espalhou-se rapidamente pelo mundo estudantil. Chegou a outros jovens urbanos, bem como a pessoas mais velhas.

Todos os sindicatos e associações não reconhecidas pelo governo apoiaram abertamente o movimento. Por exemplo, a 17 de setembro, o Sindicato dos Trabalhadores de Autocarros de Teerão e Subúrbios (VAHED) declarou que "condena veementemente este crime" e "exige a acusação, um julgamento público e punição para todos os responsáveis pelo assassinato de Mahsa Amini. A discriminação estrutural, institucionalizada e patriarcal contra as raparigas e mulheres no país deve terminar."

*[Continua online]*

## As Malditas
de Camila Sosa Villada

Francisca Bartilotti

"As Malditas" é o primeiro romance de Camila Sosa Villada, argentina, romancista, poetisa e atriz. O livro conta as vidas de várias travestis argentinas, as suas trajetórias, a forma como se cruzam e atravessam os meses e os anos e os episódios que as marcam, o mais central deles a adoção de um bebé abandonado, a que chamam "Brilho nos Olhos".

"As Más" são "as aprendizes de nada, as sacerdotisas do gozo, as esquecidas, as cúmplices". A certa altura, descrevendo o amor de um "homem sem cabeça", que amava a matriarca Encarna com uma ternura de quem conhece as formas mais íntimas de ligação, Camila conta que ele "recordava a sua [de Encarna] pele cheia de nódoas negras como um mapa onde se aprende a sonhar com viagens futuras". As nódoas negras aqui podem ser literais, da tinta injetada para que os seios se tornassem maiores, e que depois se espalhou, intoxicando e manchando o corpo. Mas as nódoas negras surgem também de outras agressões - estas agressões transversais à vida de Camila e das suas companheiras, que acontecem desde que, ao se tornarem seres, a sua forma de estar e de se manifestar no mundo não coincidiu com a que a sociedade define como normal.

Pouco ficará de fora: as agressões da infância na família, na vila pequena argentina onde vivia Camila e na escola, o início da prostituição, a violência da prostituição, as violações, a polícia, a pobreza, as doenças, como a sida, que as foram vergando uma a uma. Também não ficam de fora os momentos de ternura, o amor e sedução de jardim zoológico, a casa acolhedora da Tia Encarna, a descoberta da maternidade.

Esta história num mundo que não existe, fala do que não se pode falar, e vai também para além do que se pode falar, conferindo à realidade as dimensões sensíveis que às vezes lhe faltam - há a mulher que amamenta com seios de silicone, a mulher pássaro, a mulher loba, a mulher feiticeira, a mulher anciã, de 178 anos - mulheres que contribuem para dar todo o espectro de humanidade possível às travestis, reconhecendo-lhes identidades que vão para além das caixas onde muitas vezes são colocadas. A história é assim contada e vem como arma poderosa.

O uso do termo "travesti" é explicado pela autora, na nota que introduz o livro, como termo que foi "desenterrado", depois de ter sido "sepultado com elegância sob nomenclaturas" que lhes "eram totalmente alheias". Essa palavra, que "cheirava a morte, a merda, a sémen, a prostituição, a noite (...)" é re-significada (Butler) através desta repetição desviante, significando aqui resistência e celebração. Porque se "desaparecer de todos os lugares. Isso é ser travesti", este livro é aparecer, reclamar espaço, contar histórias e, assim, tornar-se trama da malha humana que qualquer uma pode ler.

Este livro é ação e discurso, literário e político, afirmativo e terno - a sua existência já começou a mudar o mundo.

# dossiê

#55 SÉRIE II NOVEMBRO 2022

# Escalada Autoritária Global

# A agenda antifeminista da extrema-direita

*texto de Cecília Honório*

Hoje, um país do núcleo duro da UE tem uma mulher de extrema-direita à frente do governo. Há quem aposte na curta duração de Meloni e há quem atenue o seu perigo. Von der Leyn saudou-a como primeira mulher à frente do governo de Itália; Hillary Clinton viu a sua vitória como uma oportunidade para as mulheres, e depois se avaliaria a sua política[1] e, por cá, há quem se tenha apressado a afirmar que, por causa de Meloni e Le Pens, o feminismo perdeu espaço na disputa esquerda-direita[2].

Quer nos arrepiemos, quer nos indignemos, estas notas de banalização da extrema-direita manifestam que as suas lideranças femininas impressionam outros, do feminismo liberal ao centrismo, alojando noções velhas e bafientas:

- Sobre o corpo, porque a assunção de que uma mulher líder é um sucesso de per si, secundarizando o seu valor político, assenta na ideia de que uma mulher é sempre um corpo no espaço público, e que é mulher antes de ser um "ser político".

- Sobre a igualdade, pois se as mulheres querem ser iguais aos homens e eles ocupam cargos de topo e elas não, a conquista de lideranças não é um sucesso? O feminismo liberal poderá dizer que sim, empenhado na colonização da igualdade, valor-património da esquerda, a esquerda dirá que não sem rodeios.

- Sobre o género e os seus estereótipos, uma vez que estas líderes são associadas à maternidade, à Nação, à prosperidade (como Meloni), ou à Repúbica (como Le Pen), uma espécie de alegorias vivas que transportam para a política o cuidado, a pacificação, a amenização das arestas, como se a natureza lhes concedesse o privilégio de juntar o que se parte, de limpar o que está sujo, e como se elas não estivessem lá para impor o programa da extrema-direita.

Conhecemos as armadilhas, o que importa é não ceder um grão à agenda antifeminista da extrema-direita e ao embalo de chavões que marcam a conivência entre feminismo liberal, centrismo e nacionalismo de direita; o que importa é marcar a força radical do feminismo na luta pela democracia.

## Quem são elas e o que defendem?

A investigação desvaloriza o papel das mulheres nas organizações de extrema-direita. Minoritárias, de facto, não devem ser desconsideradas.

Vistas como recrutadoras mais abrangentes, essenciais em funções como o controlo das redes sociais e tarefas de bastidores, há quem defenda que o seu papel nas organizações é mais significativo do que habitualmente se julga. Partindo da recente publicação de um relatório sobre o ataque ao Capitólio, Cynthia Miller-Idriss indica a detenção de 102 mulheres, 10% acusadas de participarem ou conspirarem ativamente em prol da violência[3]. Muitas defenderam-se, evocando a maternidade e a proteção de filhos e maridos.

Em Portugal, há dois anos, duvidaríamos que uma universitária ocupasse a bancada da extrema-direita nacional com assento parlamentar, mas ela lá está e por aí anda a plagiar Meloni nas palavras e na raiva: "loucura é defender a banalização do assassinato de crianças no ventre materno!"[4]

Não se estranhe o clamor: a agenda contra os direitos sexuais e reprodutivos

é a cola dos muitos destes grupos, em França[5]. Em Espanha, o antifeminismo militante do Vox encontra-se, segundo, Núria Alabao no uso abundante do conceito de "ideologia de género", chapéu com que combatem os 1diversos direitos, desde a ivg à lei de identidade de género, à educação socio-sexual nas escolas[6].

A placa giratória analisada por Sara R. Farris em torno do "fémonacionalismo" que, em nome da defesa dos direitos das mulheres, alinhou no desenho das políticas anti-imigração e anti-Islão, poderá, por ora, não ter condições para vingar por cá, mas testa a capacidade de alargamento de um espaço que está para além da extrema-direita, que banaliza slogans para excluir e criar inimigos – o migrante violador, a migrante vítima, reciclável como "trabalhadora reprodutiva".

Dificilmente, atente-se, se ouvirá Le Pen ou Meloni a clamar, mesmo que de forma oportunista, pela "igualdade de género". Combater a "ideologia de género" é seu estandarte, quando o "género" é um embuste do marxismo cultural que justifica a "guerra cultural", que reporá a Natureza, o Sexo, a Família nos seus devidos lugares. Mas os direitos das mulheres, a defesa da igualdade das mulheres, a força das mulheres, das "verdadeiras mulheres", são muitas vezes convocados.

As protagonistas contam. Não são só alegorias que adoçam os extremos, elas podem contribuir para ultrapassar o "degrau de género" constitutivo destas formações. Com efeito, o "gender gap" do eleitorado de Le Pen acabou nas eleições de 2016, e aguardando-se pela análise mais fina das eleições em Itália, país de desemprego feminino galopante, sublinhe-se que 27% do eleitorado feminino escolheu Meloni[7]. Não descurando outros fatores explicativos, elas podem pesar na "representação descritiva", que ocorre por identificação/projeção, reforçando o voto das mulheres que se reveem nestas candidatas.

Estas mulheres de extrema-direita propagam a agenda das suas formações: defendem a família tradicional e a maternidade, para restituir a Europa a si própria, hoje ameaçada pelo "complô demográfico". Elas redefinem o conteúdo da causa das mulheres: são mulheres com M, são contra os feminismos, podem evocar a igualdade, mas recusam a igualdade de género e as suas políticas, não convocam as mulheres para o retorno a casa, mas são acérrimas defensoras da família tradicional; podem defender o direito a uma carreira brilhante, à conciliação entre vida profissional e familiar, apõem o "feminino" ao feminismo, assumem a sua especificidade na possibilidade da maternidade, e confiam na evidência da complementaridade entre sexos.

Defende-se a família, a maternidade, as "crianças nos úteros", a Europa, as mulheres, a conciliação trabalho/família, gritam-se, ou sopram-se chavões ao ouvido, ocultando mentiras e exclusões insuportáveis, e há a raiva que se desoculta, alimentada pela propaganda do ódio. É por isso que o feminismo que nos une é aquele que faz todas as lutas, que não se perde em bolhas, que não deixa nem uma para trás, dos locais de trabalho às universidades.

1 (https://jacobin.com/2022/09/hillary-clinton-women-far-right-italy-giorgia-meloni-feminism)
2 Pedro Tadeu, "A extrema-direita é feminista?", DN, 28/9/2022.
3 Cynthia Miller-Isriss, "How right-wing extremists weponize the idea of motherhood », 29 abril, 2022, MSNBC, (www.msnbc.com/opinion/msnbc-opinion/how-far-right-uses-motherhood...)
4 Polígrafo Sic, 3 de outubro de 2022.
5 Magalli Della Sudda, Les Nouvelles Femmes de Droite, Hors d'atteinte, 2022
6 Núria Alabao, "Las guerras de género: la extrema derecha contra el feminismo", De los neocón a los neonazis. La derecha radical en el estado español, Rosa Luxembourg, 2021, p. 513.
7 Il dopo elezioni. Le donne alle urne hanno scelto una leader, non la causa feminista, crónica de di Daniela Hamaui (Il dopo elezioni. Le donne alle urne hanno scelto una leader, non la causa femminista - la Repubblica

# A crise do capitalismo e o neofascismo

texto de Ugo Palheta

(excerto do livro a publicar pela revista Contretemps)

O neofascismo constitui já uma força global. Um "campo magnético" dos neofascismos está formado[1] o que lhe permite atrair, simultaneamente, tanto sectores importantes da população como sectores inteiros das elites políticas e mediáticas, em busca de uma nova hegemonia. Esta força de atracção é de intensidade variável de um país para outro, dependendo da sua história, das resistências que o neofascismo encontra, da disponibilidade das classes dominantes para o nacionalismo radical, da penetração de ideias racistas e autoritárias na população, etc. Mas a dinâmica neofascista é global porque deriva de um fenómeno que se desdobra a esta escala: o advento do capitalismo neo-liberal e da sua crise subsequente. Uma crise multifacetada: social, económica, ambiental, e, claro, política.

A crise política não está ligada à personalidade deste ou daquele líder nacional, aos escândalos de corrupção aqui ou ali, às más escolhas feitas por algumas/alguns, ou a outros aspectos conjunturais e contingentes da política dominante. A crise política deriva os efeitos a longo prazo das políticas de privatização, precarização e despossessão impostas durante décadas pelas classes dominantes em todo o mundo (a ritmos diferentes, dependendo das resistências que foram encontrando). Uma tal crise política tem a amplitude, ou a profundidade, de uma crise de hegemonia: crise de representação política, no sentido em que a maioria dos partidos políticos que se envolveram na grande destruição neoliberal perderam uma parte considerável da sua legitimidade e da sua base social, quando não entraram mesmo em colapso total; uma crise de crença nas instituições políticas, marcada por taxas crescentes de abstenção em todo o lado; crise de todas as mediações entre as classes dominantes e o resto da população (da qual a crise da imprensa e dos media dominantes não é o menor dos aspectos); mas também crise do projecto levado a cabo por estas classes desde o final dos anos 70, nomeadamente o projecto neoliberal.

Este projecto prometia libertar os indivíduos de todas as limitações que os impediriam de realizar todo o seu potencial, de serem 'criativos' e 'inovadores', de provarem o seu talento ou mérito, em suma, de se tornarem empreendedoras/es autocriadas/os capazes de fazer frutificar o seu capital (pequeno ou grande, material ou humano). Tributar menos (os ricos e as empresas) era suposto estimular a produção de riqueza, que depois "percolaria" de alto a baixo da "pirâmide social"; todas/os beneficiariam assim de um crescimento recuperado. Em vez destas fantasmagorias formando todo um imaginário individualista, produtivista e comercial, o que teve lugar foi uma nova fase de acumulação de capital, privatização (ou degradação) dos serviços públicos, destruição do ambiente e enriquecimento dos mais ricos. Em particular, isto significava submeter as/os trabalhadoras/es à concorrência mais impiedosa e colocar o Estado ao mais completo serviço da lógica do lucro máximo a curto prazo, em detrimento da maioria, da natureza, mas também dos investimentos produtivos (particularmente em infraestruturas úteis para a população no seu conjunto).

1 A expressão “campo magnético dos fascismos” é aqui recuperada do historiador Philippe Burrin, autor de numerosos trabalhos sobre o fascismo histórico, particularmente nas suas variedades francesas.

O projecto neoliberal tinha a pretensão de ser hegemónico, moldar o consentimento à ordem social criando um novo senso comum e suscitando novos afectos, após o período histórico que os economistas tinham descrito como "Fordista" e que se baseava num compromisso social entre classes, sindicatos fortes, uma progressão dos direitos sociais, uma distribuição da riqueza menos desfavorável às/aos assalariadas/os, etc. Se o projecto neoliberal foi inegavelmente bem sucedido (do seu ponto de vista), ao minar tudo o que era da ordem do colectivo e do público, está agora em farrapos porque a sua dupla promessa de abundância generalizada e libertação nunca se cumpriu. Bem pelo contrário, é com a precariedade e a alienação que as populações, especialmente as/os jovens, as mulheres e as minorias raciais, são maciçamente confrontadas. Isto levou a uma crise de hegemonia que se aprofundou à medida que as políticas neoliberais produziram os seus efeitos, que a desigualdade aumentou, que os sinais de riqueza indecente para uma pequena minoria se tornaram cada vez mais acentuados, que sectores inteiros da população se tornaram incapazes de fazer face às despesas e à medida que se tornou cada vez mais evidente que os governos apareciam como agentes dos seus donos.

É neste ponto preciso que o neofascismo entra em cena, como a força política que é chamada a tomar o lugar do neoliberalismo de um ponto de vista hegemónico. O que não é passível de ser compreendido, quando se reduz o fascismo a bandos armados ou à militarização da política, é que não se trata simplesmente de um conjunto de técnicas ou métodos repressivos de intimidação, mas de um projeto político com uma vocação hegemónica. O fascismo não se limita a espancar, ele também seduz. E, deste ponto de vista, o seu poder reside no facto de saber apelar a todas as classes:

— a uma parte das elites, que compreende que o neoliberalismo tem seguido o seu curso (não como uma doutrina económica mas como um projeto político);

— e para as franjas das classes populares, sujeitas a uma concorrência cada vez mais intensa e tornadas órfãs de uma alternativa política credível.

A força ideológica do fascismo e do neofascismo é assim a de poder intervir a um duplo nível: como defesa da ordem social estabelecida, potencialmente para todas aquelas e todos aqueles que têm - ou consideram ter - algo a defender; mas também como promessa de uma nova ordem para aquelas e aqueles que estão - ou consideram estar - despojada/os, ou ameaçadas/os de despossessão. Levar esta dimensão hegemónica a sério permite-nos compreender porque é que o fascismo histórico, quando chegou ao poder, conseguiu ficar lá muito mais tempo do que os seus adversários esperavam. O advento do fascismo não é a transição de uma ordem baseada no consentimento para uma ordem baseada na violência (ou, por outras palavras, o nascimento de um poder baseado inteiramente na repressão), mas a transição para um novo modo de fabricação do consentimento. Assim, o fascismo permite a manutenção ou solidificação da ordem social, isto é, assegura uma renovação hegemónica do capitalismo num momento histórico em que os seus representantes políticos tradicionais vêm a sua base social encolher.

Para além de um uso intensificado da força (e nenhuma forma de poder se baseia apenas no consentimento), a hegemonia fascista implica novas formas de enquadramento ideológico e a emergência de um eixo político-cultural que já não é o do pluralismo político e do Estado de direito, da "convivência" e do "diálogo social", da liberdade e do crescimento. Para além de um uso intensificado da força (e nenhuma forma de poder se baseia apenas no consentimento), a hegemonia fascista implica novas formas de enquadramento ideológico e a emergência de um eixo político-cultural que já não é o do pluralismo político e do Estado de direito, da "convivência" e do "diálogo social", da liberdade e do crescimento. Em todo o lado este novo eixo é o seguinte: a salvaguarda por todos os meios de uma "comunidade nacional" concebida em termos etno-raciais mais ou menos explícitos e mais ou menos estreitos (de acordo com os tempos e os países), mas sempre virada contra inimigos que devem ser punidos porque formam um "partido do estrangeiro" ("anti-França", “unamerican", "antinacionais", etc.). Quem são estes inimigos? As minorias, cuja simples presença visível impediria a nação de ser fiel à sua "identidade"; os movimentos sociais, porque aspiram a dissolver todas as hierarquias "naturais"; a imigração, que comprometeria a segurança das "pessoas honestas", ocuparia os empregos de "verdadeiros nacionais" e ameaçaria as relações sociais; e, finalmente, as elites, que abririam a nação a todos os ventos do "globalismo".

# A maré negra crescente em Itália, uma contra-revolução galopante

*O mal-estar e a desorientação que podem assaltar a observadora perante as diferentes crises (económicas, políticas, culturais, sociais e morais) que a sociedade italiana atravessa há trinta anos são decuplicadas pelo sentimento de afastamento do horizonte, quando parece já não haver nenhuma margem a que se agarrar. A imagem de um navio à deriva, de um barco sem remos, é uma das mais ilustrativas de um período em que parece não existir uma visão de futuro. Estamos nas vésperas das eleições italianas e a maré negra do fascismo continua a crescer.*

*texto de Stéfanie Preciozo*

A 25 de setembro a Itália irá a votos após a demissão do primeiro-ministro Mario Draghi e a inquietação é palpável. De acordo com o The Economist, estas eleições dificilmente poderiam ter acontecido num momento menos oportuno, no meio de três crises interligadas: a invasão da Ucrânia, a crise energética e a inflacção que atingiu, no final de agosto 8,4% em Itália, o seu nível mais elevado desde 1986. Também, a dívida de Itália representa, actualmente, 150% do seu PIB, o que constitui "a maior proporção de dívida detida por residentes de todos os grandes países da zona euro" [1]. Finalmente, como sublinha o Financial Times, os governos e os investidores interrogam-se sobre o impacto que terá a partida de Mario Draghi nos 800 mil milhões de euros dos fundos de recuperação da Covid, de que a Itália é a maior beneficiária [2]. Os temores dos mercados económicos concentram-se, igualmente, no aumento do spread, ou seja, a diferença entre o rendimento dos títulos do estado italiano e as obrigações alemãs a dez anos e que atingiu em junho o seu nível mais alto em dois anos, um verdadeiro "termómetro político".

O presidente do Conselho de saída anunciou a 5 de agosto querer ir a Nova Iorque para "assegurar os investidores", uma iniciativa que poderia abrir caminho a um novo governo "técnico", no caso improvável de não haver uma maioria suficiente para formar um executivo depois das eleições; uma opção privilegiada não só pelo estrangeiro, mas também em Itália por uma parte importante da burguesia que sublinha, para quem quiser ouvir, que o programa de política económica fixado por Mario Draghi permanece o padrão relativamente ao qual o próximo governo deve ser avaliado: "No entanto, qualquer perturbação ou desvio significativo relativamente ao programa de reformas e investimentos, exposto num anexo de 664 páginas no acordo concluído por Roma com a Comissão, comprometeria o acesso pleno de Itália aos fundos", escreve Amy Kazmin no Financial Times [3]. Uma agenda que Draghi houvera já fixado em 2011 quando era presidente do BCE. Uma agenda baseada em cortes massivos no sistema de segurança social e protecção a desempregadas/os, assalariadas/os e reformadas/os num país que assistiu a um aumento massivo da pobreza nos últimos anos, atingindo um recorde histórico de cerca de 5.6 milhões de pessoas em situação de pobreza absoluta em 2021 [4]

A inquietude torna-se tanto mais palpável quanto a coligação de direita e extrema-direita tem forte probabilidade de obter uma maioria desta vez: as sondagens dão-lhe mais de 45% e, com a lei eleitoral, esta coligação poderia obter 70% dos assentos no parlamento. A vitória anunciada de Giogia Meloni, líder do partido Fratelli d'Italia (FdI) e a sua possível chegada a líder do governo são

uma ameaça séria de um partido em cujas veias ainda circula o fascismo e cujo símbolo apresenta orgulhosamente a chama tricolor, representação do espírito sempre vivo do fascismo [5]. O FdI mergulha as suas raízes no neofascismo do pós-guerra herdeiro directo - tanto em termos de militantes, quanto nas tradições políticas e culturais - da experiência fascista de Giorgio Almirante, fascista entusiasta, redactor nos anos 1930 da revista anti-semita La Difesa Della Raza, que se juntou às fileiras da República de Saló em 1943 e fundou, depois da guerra, o Movimento Social Italiano (MSI), cuja herança Meloni reivindica orgulhosamente. O apoio ao FdI não tem parado de aumentar, passando de 1,96% de votos em 2013 para 4,35% em 2018 [6]; hoje, cerca de 25% dos eleitores dizem-se prontos a votar FdI. Com a aproximação do centenário da Marcha Sobre Roma de Mussolini, o pós-fascismo parece estar às portas do poder em Itália. Uma contra-revolução sem um processo revolucionário concomitante, fenómeno descrito por Antonio Gramsci no seu tempo como "revolução passiva".

Hoje, para além do instantâneo oferecido diariamente por um largo leque de politólogos, filósofos, activistas e sociólogos, é importante tentar compreender como chegámos a este desastre, de modo a identificar os contornos de uma "mudança de era", de voltar à fonte e ver onde começa o crescimento (ir)resistível de pior resultado possível – encarnado por uma direita nacionalista, racista, reaccionária e patriarcal.

## *Mais de trinta anos de maré negra*

O medo de um "retorno do fascismo" manifesta-se a intervalos regulares no país que o viu nascer há um século. A imprensa internacional foca-se desde há algumas semanas em Giogia Meloni e seu movimento (esquecendo de passagem que ela não é uma novidade na coligação de Silvio Berlusconi, que a nomeou ministra da juventude em 2008), reforçando a ideia de que ela é a única novidade no campo relativamente grande de partidos que se dizem "anti-sistema"; omitindo, igualmente, de sublinhar os laços duradouros da Lega de Matteo Salvini com os neofascistas, "capitão" deles nas eleições de 2018. À época, a presença de Matteo Salvini nas fileiras da coligação de direita, ao lado do partido de Silvio Berlusconi, Forza Italia, e do Fratelli d'Italia de Giorgia Meloni, reactivava os mesmos medos; especialmente, porque 80% das/os italianas/os interrogadas/os afirmavam então a necessidade de um "homem forte" para sair da crise e as/os que pensavam que a democracia é a melhor forma de governo possível atingia o seu nível mais baixo desde 2008 (62%, menos dez pontos percentuais em dez anos). (Uma proporção que, hoje, aumentou ligeiramente para atingir os 70%, mesmo que a exigência de um líder forte continue a ser maioritária - cerca de 59% das/os italianas/os interrogadas/os) [8].

O partido de Silvio Berlusconi, que tinha sido o motor da coligação da direita antes de 2018, desapareceu lentamente. Mas a mudança da relação de forças no seu seio é uma mudança de grau, e não de natureza, da coligação inventada por Silvio Berlusconi há mais de um quarto de século, unindo a direita conservadora e reaccionária, a "nova" extrema-direita e as organizações neo- ou pós-fascistas. Afinal de contas, não foi o próprio Berlusconi "comparado" a Benito Mussolini durante os seus diferentes mandatos como primeiro-ministro italiano (1994, 2001, 2008)? A chegada, no seu primeiro governo em 1994, de cinco ministros saídos do Movimento Social Italiano não foi mais do que etapas que conduziram ao alargamento do horizonte da legitimidade política de um partido herdeiro directo do fascismo.

Silvio Berlusconi foi o paladino vitorioso duma maré negra num país onde o fascismo nunca desapareceu e, por se ter gradualmente inscrito no território social, político, cultural e mental da Itália, "inseriu-se nas entranhas brutalmente egoístas" da sua sociedade. Um fascismo miasmático, por assim dizer, que exala o ar viciado (a mal aria) de uma cultura que sobreviveu ao regime instaurado por Mussolini [9]. Em 1994, o Frankenstein-Mussolini conseguiu reunir: o Movimento Social Italiano (MSI) de Gianfranco Fini - a mais antiga organização neofascista da Europa - e a Lega Nord de Umberto Bossi - um movimento regionalista identitário exacerbado cuja influência aumentou desde o início dos anos 1980; em 2000, a unir todos os partidos de direita na Casa delle Libertà (Casa das Liberdades) e, durante uns tempos em 2009, a fundir os herdeiros do MSI e a direita conservadores num único Popolo della Libertà (Povo da Liberdade).

O estilo de Berlusconi é uma forma bem-sucedida de 'hibridação' que combina "as velhas tradições com os novos impulsos modernizadores da década anterior" [10]. Fundada simultaneamente na busca do 'consentimento popular activo' e na coerção (a restrição e a repressão subsequentes das liberdades colectivas), o 'Berlusconismo' mobilizou um poderoso aparelho cultural de legitimação ideológica que conseguiu impor a sua hegemonia política. Assentou numa rede particularmente eficaz de canais de televisão públicos (os três canais da RAI) e privados (os três canais propriedade de Silvio Berlusconi, Canale 5, Rete 4, Italia Uno), jornais diários (tais como Il Giornale, Il Foglio, Libero) e revistas. Estes instrumentos, cada vez mais importantes, conjugam-se com a crise de legitimidade das organizações políticas tradicionais apanhadas na agitação dos escândalos de corrupção do Tangentopoboli, um processo que irá acelerar o fenómeno de afastamento das tradições sociais e culturais a que a população tinha estado ligada até então, mas também dos laços sociais com os quais podia contar e referenciar-se.

O revisionismo histórico está a tornar-se uma característica cada vez mais comum ao agrupamento Berlusconi. A tal ponto que, em 2003, Frabizio Cicchitto (antigo deputado do Partido Socialista) afirmou que a Casa delle Libertà "se colocava na corrente do revisionismo histórico". O anticomunismo, e com ele o antifascismo, constituíram o cimento ideológico, mas também aquilo que Francesco Biscione classificou, no mesmo ano, como "sommerso della Republica", ou seja, a persistência de uma cultura anti-democrática reaccionária, o verdadeiro terreno fértil da coligação de Silvio Berlusconi. A esta ofensiva historiográfica juntam-se repertórios de acção política mobilizados pela direita para apagar da memória e da história "os erros e as infâmias do fascismo". No país de Silvio Berlusconi, o uso público e político da história nunca foi tão "sem escrúpulos": há uma tentativa constante de opor antifascismo e democracia, onde a democracia se torna sinónimo de liberalismo e onde as fronteiras da anti-democracia se estendem a tudo o que não pode ser associado à visão liberal do mundo. Assim, como assinalou o historiador Pier Paolo Poggi, o "ponto de junção entre o revisionismo e as culturas políticas dominantes [...] está precisamente no julgamento do capitalismo" e a despolitização necessária para "a escravização de milhares de milhões de seres humanos".[11]

O discurso desta direita era, e permanece, pobre mas eficaz. Esta valoriza a sociedade civil no seu conjunto como único filtro para "proteger a comunidade nacional", colocando-a acima e para além das divisões de classe e, sobretudo, dos "defeitos" imputados à democracia representativa [12]. Esta cultura política é coerente com os seus próprios objectivos: ultrapassar a herança do Estado Providência, impor políticas anti-sociais, mas também tornar infinitamente mais difícil qualquer perspectiva de emancipação social [13]. A aparente "vitória" desta nova direita não pode ser compreendida sem a brecha aberta pela crise da esquerda e o apoio efectivo de uma parte desta a Berlusconi [14]. A reorganização do campo político à esquerda começou pela apresentação de uma "alternativa" governamental, primeiro social-democrata (do Partido Democrático da esquerda a partir de 1991, dos Democratas da esquerda, a partir de 1998), depois puramente democrática (do Partido Democrático -PD, a partir de 2007, nascido da fusão de antigos membros dos Democratas da esquerda e dos Católicos de Romano Prodi). Depois de 2014, o PD de Matteo Renzi fechou o ciclo: o demolidor encarnou em Itália, nessa altura, no "realismo capitalista" de que Mark Fisher falou, uma forma de realismo que apresentava o capitalismo neoliberal como a única opção possível [15].

Alegando livrarem-se da "escória" - a escória do totalitarismo do século XX - os intelectuais pós-comunistas abandonaram à vingança geral o que agora consideravam, na melhor das hipóteses, como "o passado de uma ilusão" (François Furet) e, na pior das hipóteses, como um legado excessivamente pesado. Este processo foi acompanhado pela colocação na lista negra as/os historiadores marxistas. A esquerda parlamentar mostrou-se assim aberta a uma releitura do passado, particularmente do período de resistência e anti-fascismo, apelando à criação de uma "memória partilhada" que fundou a legitimidade dos governos alternados dos dois pólos políticos que lutaram pelo poder entre 1994 e 2018.

Mas a esquerda dita radical, também ela e pelo menos em parte, seguiu estas interpretações. Fausto Bertinotti, líder da Rifondazione Comunista (Refundação Comunista), o único partido da esquerda radical com audiência nacional no início dos anos 2000, também ele cedeu à sua maneira a esta ideologia "pós-antifascista" valorizando, numa carta ao director de redacção do Corriere della Sera, a "não-violência" como "condição essencial para viver o que resta de toda a radicalidade deste processo de transformação social que dizemos comunista" [16]. A Resistência, bem como a revolução, foram assim remetidas a uma "experiência útil para que não se repitam os erros do passado". A grande revisão cultural da direita plural ficou profundamente enraizada no subsolo italiano, tanto mais que foi acompanhada, pelo menos em parte, pela renúncia da esquerda à sua história. O Berlusconismo integrou todas as esferas da sociedade, mesmo sem o próprio Berlusconi ou o seu partido. "Não tenho medo de Berlusconi em si mesmo, mas do Berlusconi em mim" resumiu à sua maneira o cantor, compositor, actor e dramaturgo Giorgio Gaber, pouco antes da sua morte.

*[Continua online]*